



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Plano para Povos Indígenas do Componente Manutenção de Rodovias nas Terras Indígenas Cacique Doble e Passo Grande do Rio Forquilha

Porto Alegre, maio de 2017.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Sumário

1 Avaliação social	3
1.1 Terra Indígena Cacique Doble.....	4
1.1.1 Sobre a rodovia e a Terra indígena	4
1.1.2 Riscos relacionados à obra e ao uso da rodovia.....	6
1.2 Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha.....	7
1.2.1 Sobre a rodovia e a Terra indígena	7
1.2.2 Riscos relacionados à obra e ao uso da rodovia.....	9
2. Resumo dos resultados da Consulta Livre, Prévia e Informada às Comunidades Indígenas, realizada durante a preparação do projeto.....	10
2.1 Na Terra Indígena Cacique Doble – ERS-343.....	10
2.2 Na Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha – ERS-343	13
2.3 Apresentação do Mecanismo de Queixas e Sugestões	17
3. Estrutura de projeto	17
4. Plano de ação.....	18
4.1 Ações, responsáveis pela execução e pelo financiamento e indicadores de monitoramento do Plano de ação.....	18
4.2 Ações de educação para o trânsito.....	20
4.2.1 Capacitação dos professores	20
4.2.2 Caderno Pedagógico	23
5. Mecanismo de Queixas e Sugestões	24
6. Mecanismos para o acompanhamento, monitoramento e à avaliação da implementação do PPI.....	27
6.1 Ações de acompanhamento da implementação do PPI.....	27
6.2 Monitoramento	29
6.3 Avaliação.....	31
Referências	31



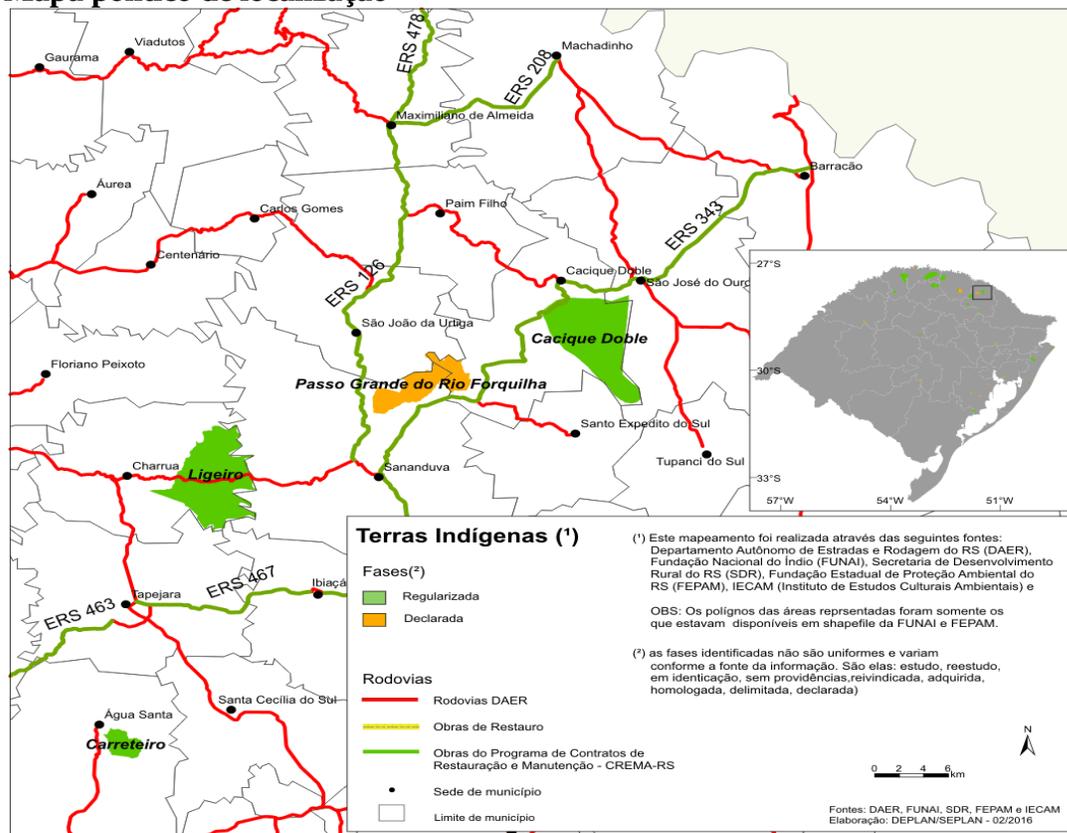
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Este Plano para os Povos Indígenas (PPI) é um instrumento elaborado para proteger e prevenir possíveis riscos para populações indígenas decorrentes de obras do CREMA Erechim na ERS-343¹, bem como para colaborar para um uso mais seguro da referida rodovia. E também se constitui num instrumento de reconhecimento da territorialidade indígena e da identidade étnica das populações indígenas pelo conjunto da sociedade gaúcha.

1 Avaliação social

O trecho da ERS-343 do Contrato de Restauração e Manutenção de Rodovias (CREMA) Erechim a que se refere esse PPI vai do Km 27,15 até o Km 59,04, tendo uma extensão de 31,38Km entre a ERS-447 e a ERS-126. Esse trecho afeta duas Terras Indígenas localizadas na região norte do Rio Grande do Sul. São elas: Cacique Doble e Passo Grande do Rio Forquilha, conforme mapas que seguem:

Mapa político de localização



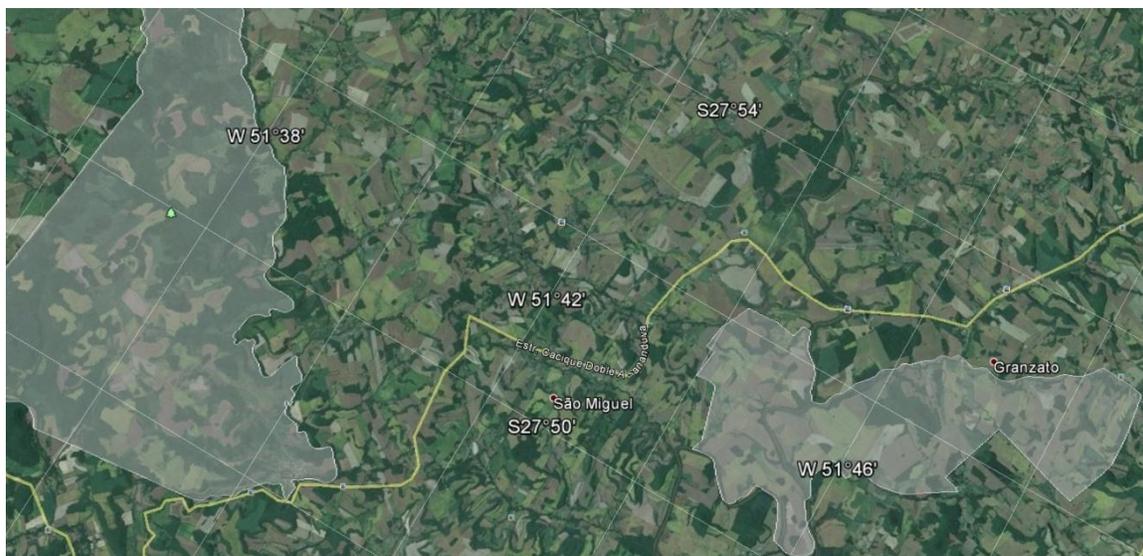
Fonte: DEPLAN/SPGG

¹ A expressão ERS é utilizada para indicar que a rodovia é de domínio estadual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Mapa de imagem de satélite



Fonte: Imagem. Projeto CREMA Erechim. DAER, 2013.

A maior parte da população que vive nestas Terras participa do Plano Brasil Sem Miséria do governo federal, que visa enfrentar situações de extrema vulnerabilidade social. Como o Plano atende famílias que disponham de no máximo R\$70,00 per capita, conforme CadÚnico, pode-se pressupor o perfil socioeconômico das famílias. A renda mensal média per capita gira em torno de R\$14,61, conforme levantamento realizado em 2014, pela Emater-RS, para o Ministério do Desenvolvimento Social (SDR, 2015).

1.1 Terra Indígena Cacique Doble

1.1.1 Sobre a rodovia e a Terra indígena

A rodovia ERS-343 passa ao lado da Terra Indígena Cacique Doble. O segmento vai da interseção existente no km 30+500 ao km 34+100. O trecho lindeiro corresponde a uma extensão de 3,6Km. As condições de pavimento estavam muito deterioradas. A empresa Pavia Brasil começou as ações de restauro no CREMA Erechim no início de agosto de 2016.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Mapa de imagem de satélite da Terra Indígena Cacique Doble



Fonte: Imagem. Projeto CREMA Erechim. DAER, 2013.

A Terra Indígena é Regularizada e Tradicionalmente Ocupada.² Localiza-se nos municípios de Cacique Doble e São José do Ouro, ainda que predominantemente em Cacique Doble. Sua população é de 1.297 pessoas (SESAI, 2016) da etnia Kaingang. Há duas aldeias, denominadas Cacique Doble e Campo Verde. A área total é de 4.426,2833 ha (FUNAI, 2016).

A Terra Indígena tem três escolas estaduais de Ensino Fundamental onde os 188 alunos aprendem as disciplinas convencionais e a disciplina de língua materna. A pré-escola é realizada por uma Escola Municipal específica que também fica na Terra Indígena (SE, 2016). Os jovens cursam o Ensino Médio em escolas convencionais na sede do município de Cacique Doble (SPGG, 2016^a). Foram identificadas 268 pessoas entre 15 e 24 anos, sendo que apenas 46 destas têm ensino médio ou superior, completo ou incompleto, ou estariam cursando um destes níveis de ensino. Entre 25 e 60 anos, foram identificadas 358 pessoas, sendo que destas 46 têm ensino médio ou superior, completo ou incompleto, ou estariam cursando um destes níveis de ensino. Os jovens representariam 22% da população total. De um modo geral, estariam estudando em algum nível de ensino cerca de 480 pessoas (SDR, 2015).

² Terra Indígena Regularizada corresponde a última fase de regularização fundiária, quando houve registro em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União após o decreto de homologação. Terra Indígena Tradicionalmente Ocupada é uma Modalidade terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, definida pelo direito originário dos povos indígenas (FUNAI, 2016).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Sabe-se que as famílias desta Terra Indígena e da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha mantêm vínculos de parentesco, o que motiva muitos deslocamentos pela rodovia entre estas duas terras próximas. O reconhecimento desta territorialidade indígena justifica a atuação do Estado em decorrência do CREMA.

Haveria disponibilidade de pelo menos 36 automóveis e 8 motos e tratores para uso agrícola (SDR, 2015), o que reporta a um número relativamente significativo de pessoas que dirigem algum tipo de veículo. Conforme o cacique haveria entre 60 e 70 motoristas na comunidade (SPGG, 2016^a).

Em termos de estrutura política, há o cacique Valdir Matos, o major Luciano Farias e o capitão Davi Felix. Os caciques Kaingang tradicionalmente têm as funções de liderança política interna, portanto de orientação e de comando dos rumos de cada coletividade indígena, e de representação política externa, posicionando-se, em termos formais e de fato na maior parte dos casos, na defesa dos direitos e dos interesses indígenas frente aos atores privados e governamentais representantes da sociedade envolvente, o poder não indígena. Já capitão e major são funções políticas de controle e/ou apoio, auxiliares e de confiança dos caciques para manter a ordem e a estrutura societária no interior das Terras Indígenas (PEREIRA, 2016).

É importante que o conjunto dos atores (responsáveis pela fiscalização, execução da obra, supervisão, consultoria, etc.) conheçam e reconheçam essas lideranças e a hierarquia em todas as situações da ação pública, tanto na implementação das obras, quanto nas interações com a comunidade e nas ações educativas.

Essas comunidades têm suas leis internas próprias consolidadas através da tradição, dos costumes e das trajetórias e histórias de vida das pessoas, famílias e coletividades que conformam o povo Kaingang no estado e na região sul do Brasil. As leis internas são ancoradas no chamado direito consuetudinário e regem parte significativa das questões envolvendo as pessoas e famílias indígenas que vivem e habitam nos espaços delimitados para tal finalidade. A rigor, existe um padrão recorrente nestas leis internas dos Kaingang, contudo é possível que certas normas e regras particulares tenham vigência em algumas Terras Indígenas e eventuais exceções às regras podem ocorrer (PEREIRA, 2016).

1.1.2 Riscos relacionados à obra e ao uso da rodovia

As obras do CREMA iniciaram na primeira semana de agosto de 2016 com o serviço de roçada e limpeza. Anteriormente, no dia 8 de julho, foi realizada a Consulta Livre, Prévia e Informada a partir da qual foi possível identificar as percepções da comunidade acerca dos riscos associados ao uso da rodovia e à obra (SPGG, 2016^a).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Percepções da comunidade acerca dos riscos no uso da rodovia e com as obras:

- Registraram o "perigo" do acesso principal (interseção) onde, apesar de não haver registros de acidentes graves desde 2008, eventualmente carros e caminhões saem da pista em decorrência da curva acentuada existente (sentido Sananduva-Cacique Doble) e a falta de visibilidade na conversão à esquerda para acessar a Terra Indígena (sentido Cacique Doble-Sananduva);
- Insegurança nas paradas de ônibus por parte de jovens estudantes que aguardam transporte escolar para cursar ensino médio fora da TI, de artesãos que vendem artesanato nas cidades e de outros moradores que utilizam as paradas, os quais solicitaram pontos adicionais de parada de ônibus;
- Insegurança no ponto de travessia de pedestres próximo ao acesso à Terra Indígena e solicitação de ponto de travessia segura;
- Insegurança em situações em que as máquinas agrícolas transitam na rodovia para fazerem manutenção nos municípios de Cacique Doble ou Sananduva.

Dados oficiais de acidentalidade:

Conforme os dados do Comando Rodoviário da Brigada Militar não houve acidentes envolvendo indígenas nesta rodovia entre 2011 e 2016 (DAER, 2016).

1.2 Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha

1.2.1 Sobre a rodovia e a Terra indígena

A rodovia ERS-343 passa ao lado da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, mas o segmento de aproximadamente 8Km não é lindeiro. Nas partes mais próximas dista entre 580 a 700m da rodovia. As condições de pavimento estavam muito deterioradas. A empresa Pavia Brasil começou as ações de restauração no CREMA Erechim neste trecho em agosto de 2016.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Mapa de imagem de satélite da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha



Fonte: Imagem. Projeto CREMA Erechim. DAER, 2013.

A Terra Indígena fica nos municípios de Cacique Doble e Sananduva. A maior parte da Terra fica em Sananduva, mas a área onde reside a maioria das famílias indígenas se localiza em Cacique Doble. Sua população é de 209 pessoas da etnia Kaingang (SESAI, 2016). Há uma escola de anos iniciais do Ensino Fundamental onde 38 alunos são alfabetizados em língua portuguesa e na língua materna (SE, 2016). Os jovens cursam os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio em escolas convencionais fora da comunidade.

Há seis anos a comunidade retomou sua terra e foi reassentada. A fase do processo fundiário é Declarada e Tradicionalmente Ocupada³. A área é de 1.916 ha (FUNAI, 2016). A comunidade tem uma história de confinamento territorial desde os anos 1800. O cacique Doble que dá nome ao município é antepassado dessas comunidades, embora os Kaingang de Passo Grande do Rio Forquilha descendam

³ Terra Indígena Declarada é uma fase do processo administrativo em que a Terra obteve a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e está autorizada para ser demarcada fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

majoritariamente do cacique João Grande e de seu filho José Grande, que, por sua vez, era casado com uma filha de Doble. O Toldo Fachinal foi demarcado em 1913 pelo Estado do Rio Grande do Sul com 5.676 hectares, correspondente à parte da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha e à Terra Indígena Cacique Doble. Em 1942, 943 hectares de sua superfície foram colonizados pelo Estado do Rio Grande do Sul e 50 hectares grilados. Em 1973, os indígenas que residiam em Passo Grande do Rio Forquilha foram expulsos num processo de grilagem. Todavia são originários exatamente daquele território, por isso sua terra é considerada Tradicionalmente Ocupada. A geração de renda da comunidade vem do plantio de soja, da confecção e venda de artesanato e de outras atividades de subsistência (VENZON, 2016).

A liderança maior é o cacique Sr. Leonir Franco.

1.2.2 Riscos relacionados à obra e ao uso da rodovia

As obras do CREMA iniciaram no mês de agosto de 2016 com o serviço de roçada e limpeza. Anteriormente, em 7 de julho, foi realizada a Consulta Livre, Prévia e Informada, a partir da qual foi possível identificar percepções da comunidade associadas ao uso da rodovia e à obra (SPGG, 2016^b).

Percepções da comunidade acerca dos riscos no uso da rodovia e com as obras:

- O ponto de maior perigo na rodovia é um acesso da Terra Indígena à rodovia, que fica num trecho em declive e sai na ERS-343 numa curva. Solicitaram melhoria do acesso na área que fica na faixa de domínio;
- Solicitaram sinalização dos demais acessos à Terra Indígena;
- Solicitaram reforço de sinalização visando à redução de velocidade em alguns pontos.

Dados oficiais de acidentalidade:

Conforme os dados do Comando Rodoviário da Brigada Militar não houve acidentes envolvendo indígenas nesta rodovia entre 2011 e 2016 (DAER, 2016).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

2. Resumo dos resultados da Consulta Livre, Prévia e Informada às Comunidades Indígenas, realizada durante a preparação do projeto.

O principal objetivo das consultas às comunidades indígenas foi buscar subsídios para a elaboração do Plano de Povos Indígenas e, especificamente, apresentar as obras do CREMA (cronograma, prazos, tipo de ações, riscos); identificar e discutir possíveis impactos negativos das obras e do uso da rodovia e ações para minimizá-los; orientar a comunidade sobre cuidados que todos devem ter ao transitar na rodovia durante as obras, especialmente crianças e idosos; apresentar o projeto de sinalização da ERS-343, identificando possíveis sugestões ao projeto; apresentar e aprovar um mecanismo de queixas, identificando possíveis sugestões à forma de funcionamento; e consultar sobre possíveis ações educativas, identificando sugestões, público-alvo e necessidade de ser em língua nativa.

2.1 Na Terra Indígena Cacique Doble – ERS-343

A consulta foi realizada no dia 8 de julho de 2016, às 10h, na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Faustino Ferreira Doble, no município de Cacique Doble. Anteriormente, houve articulação com lideranças da comunidade e um convite formal por parte do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI).

Participaram 60 pessoas da comunidade, dentre elas o cacique Valdir de Matos, o capitão Davi Felix e o major Luciano Farias. Também houve representantes do DECAP/SPGG, do DAER, do CEPI, da FUNAI e das empresas executora Pavia Brasil e supervisora Ecoplan.

A empresa Pavia Brasil apresentou o cronograma das obras, descreveu as ações e, principalmente, deu muitas orientações de segurança para que a comunidade esteja bem atenta, tome cuidados extras e colabore durante a realização das obras.

Projeto de sinalização

Quanto ao projeto de sinalização e a rodovia em si, foi levantado o seguinte ponto:

- Necessidade de mudanças nas interseções para dar mais segurança.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Como estas interseções não estão contidas no contrato CREMA, o DAER comprometeu-se em relatar a demanda ao setor responsável, no caso a Superintendência de Estudos e Projetos (SEP) para avaliação técnica e de viabilidade.

O DAER sugeriu e prontificou-se de realizar, naquele mesmo dia, após a Consulta, uma inspeção *in loco*, com as lideranças da comunidade, a qual é relatada a seguir.

Inspeção *in loco* na rodovia:

Na inspeção *in loco* da ERS-343, pelas arquitetas responsáveis e a liderança da Terra Indígena, foram apontados os seguintes itens para avaliação pelo DAER:

- km 32+050

Solicitações da comunidade:

LE (lado esquerdo): Ponto de parada de ônibus;

Sugestões da equipe:

LE: É necessária a implantação de bainha para, então, acrescentar ponto de parada de ônibus no projeto a ser implantado;

- km 32+080

Solicitações da comunidade:

LD (lado direito): Ponto de parada de ônibus;

Sugestões da equipe:

LD: É necessária a implantação de bainha para, então, acrescentar ponto de parada de ônibus no projeto a ser implantado;

- km 32+320

Solicitações da comunidade:

LE: Ponto de parada de ônibus;

Sugestões da equipe:

LE: É necessária a implantação de bainha para, então, acrescentar ponto de parada de ônibus no projeto a ser implantado.

- km 32+480

Solicitações da comunidade:

LD: Ponto de parada de ônibus;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Sugestões da equipe:

LD: É necessária a implantação de bainha para, então, acrescentar ponto de parada de ônibus no projeto a ser implantado.

- km 33+460

Solicitações da comunidade:

Interseção: Faixa de acesso à terra indígena, pois o acesso pela interseção existente (em curva) não permite visibilidade no cruzamento;

LE: Ponto de parada de ônibus;

Sugestões da equipe:

Interseção: A interseção não apresenta segurança para conversão à esquerda (sentido Cacique Doble-Sananduva/acesso terra indígena), necessita de adequação de geometria e análise pela equipe responsável.

A equipe da ESP sugere que o acesso seja bloqueado no eixo da interseção, impedindo a conversão à esquerda.

LE: mediante bloqueio do eixo da interseção, o ponto de ônibus poderá ser mantido (canteiro da interseção, sentido Sananduva-Cacique Doble). Adequar o local para a implantação da parada de ônibus. Acrescentar ponto de parada de ônibus no projeto a ser implantado.

As placas indicativas a serem implantadas referentes à “RESERVA INDIGENA” tiveram texto alterado para “TERRA INDIGENA”;

- km 33+680:

Solicitações da comunidade:

Reforço de sinalização para possibilidade de travessia segura dos pedestres que usam os pontos de ônibus próximos;

Sugestões da equipe:

Acrescentar ponto de travessia de pedestres com reforço de sinalização;

- km 33+720

Solicitações da comunidade:

LD: Ponto de parada de ônibus;

Sugestões da equipe:

LD: É necessária a implantação de bainha para, então, acrescentar ponto de parada de ônibus no projeto a ser implantado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Ações com objetivo educativo

Questões colocadas na reunião:

- Quais tipos de ações e atividades poderiam ser mais adequados para promover educação para a segurança no trânsito, evitar acidentes e incentivar o uso da rodovia da melhor forma?
- Quais pessoas da comunidade devem ser envolvidas e participar: jovens, crianças, motoristas?
- Há necessidade de fazer material em kaingang ou das atividades serem em kaingang?

Propostas/solicitações da comunidade:

- Desenvolver atividades com adolescentes e crianças sobre os cuidados no trânsito no dia-a-dia e envolver o professor da escola, que pode auxiliar na elaboração de material em Kaingang.

Mecanismo de Queixas e Sugestões

Quanto ao Mecanismo de Queixas e Sugestões foi apresentada e aprovada uma proposta de funcionamento pelo Daer a qual está sintetizada no subitem 2.3 e detalhada no item 6.

2.2 Na Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha – ERS-343

A consulta foi realizada no dia 7 de julho de 2016, às 14h30min, no Ginásio da comunidade, no município de Cacique Doble. Anteriormente, houve articulação com lideranças da comunidade e um convite formal por parte do CEPI.

Participaram 67 pessoas da comunidade, dentre elas o cacique Leonir Franco e um dos capitães, representantes do DECAP/SPGG, do DAER, do CEPI e das empresas executora Pavia Brasil e supervisora Ecoplan.

A empresa Pavia Brasil apresentou o cronograma das obras, descreveu as ações e, principalmente, deu muitas orientações de segurança para que a comunidade esteja bem atenta, tome cuidados extras e colabore durante a realização das obras.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

O cacique solicitou à empresa contratação de pessoal da comunidade para o serviço de roçada. O engenheiro responsável combinou de conversarem no escritório da empresa para avaliar possibilidade, tendo em vista que os trabalhadores já foram contratados.

Projeto de sinalização

Quanto ao projeto de sinalização e a rodovia em si, foi levantado o seguinte ponto:

- Solicitaram melhoria no acesso à rodovia na parte que fica na faixa de domínio.

O DAER comprometeu-se em analisar as solicitações e prontificou-se de realizar, naquele mesmo dia, após a Consulta, uma inspeção *in loco* com a participação de lideranças, o que é relatado a seguir.

Inspeção *in loco* na rodovia:

Na inspeção *in loco* da ERS-343 pelas arquitetas responsáveis junto com a liderança da Terra Indígena foram apontados os seguintes itens para avaliação pelo DAER:

- km 41+700:

Solicitações da comunidade:

LD (lado direito): sinalização de acesso à terra indígena junto ao acesso de São Luiz Rei;

LE (lado esquerdo): reforço de sinalização na Escola Paulo Vilaverde;

Sugestões da equipe:

LD: Acrescentar placas indicativas da terra indígena. As placas de advertência de movimento de pedestres já estão previstas no projeto CREMA;

LE: Além do reforço de sinalização previsto no projeto CREMA, a ser implantado, a equipe sugere o uso de luz intermitente, a qual deverá ser programada para os horários de entrada e saída dos escolares. Sua utilização deve ser objeto de convênio com a Prefeitura, através da Decisão Normativa nº 65, porém a Prefeitura deve ser consultada.

- km 42+100:

Solicitações da comunidade:

LD: sinalização de acesso à terra indígena;

Sugestões da equipe:

LD: acrescentar placas indicativas da terra indígena e placas de advertência de movimento de pedestres;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

- km 42+400:

LD: sinalização de acesso à terra indígena;

Sugestões da equipe:

LD: acrescentar placas indicativas da terra indígena e placas de advertência de movimento de pedestres;

- km 43+750:

Solicitações da comunidade:

LD: sinalização de acesso à terra indígena e solicitação de reforço de sinalização na Escola Belmiro José Granzotto;

Sugestões da equipe:

LD: acrescentar placas indicativas da terra indígena. Além do reforço de sinalização previsto no projeto CREMA, a ser implantado, a equipe sugere o uso de luz intermitente, a qual deverá ser programada para os horários de entrada e saída dos escolares. Sua utilização deve ser objeto de convênio com a Prefeitura, através da Decisão Normativa nº 65, porém a Prefeitura deve ser consultada.

- km 48+330:

Solicitações da comunidade:

LD: melhoria do acesso à rodovia (não há visibilidade) e sinalização de acesso à terra indígena;

Sugestões da equipe:

LD: melhoria do acesso à rodovia (patrolar e colocar brita) – sentido Cacique Doble/Sananduva. Implantar tachões amarelos bidirecionais no eixo a fim de coibir movimento de conversão à esquerda nos dois sentidos. Acrescentar placas indicativas referentes à terra indígena;

- km 49+420:

Solicitações da comunidade:

LD/LE: redução de velocidade no trecho pois idosos e crianças que aguardam ônibus circulam no local;

Sugestões da equipe:

LD/LE: acrescentar tachões amarelos bidirecionais no eixo e placas de advertência de travessia de movimento de pedestres, visando reduzir a velocidade dos veículos. É necessária a implantação de bainha para, então, acrescentar ponto de parada de ônibus no projeto a ser implantado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

- km 51+650:

Solicitações da comunidade:

LD: sinalização de acesso à terra indígena;

Sugestões da equipe:

LD: substituir as placas que indicam a localidade de “S. JOÃO DA URTIGA”, previstas no projeto do CREMA, por placas que indicam, além da localidade, a terra indígena existente; prolongar, além do sugerido no projeto, a extensão de tachões bidirecionais no eixo, possibilitando maior segurança ao acessar a rodovia.

Ações com objetivo educativo

Questões colocadas na reunião:

- Quais tipos de ações e atividades seriam mais adequados para promover educação para a segurança no trânsito, evitar acidentes e usarem a rodovia da melhor forma?
- Quais pessoas da comunidade devem ser envolvidas e participar: jovens, crianças, motoristas?
- Há necessidade de fazer material em kaingang ou das atividades serem em kaingang?

Propostas/solicitações da comunidade indígena:

- Desenvolver atividades e oficinas com adolescentes, adultos e crianças sobre os cuidados no trânsito no dia-a-dia;
- Não há necessidade dos materiais serem na língua kaingang.

Mecanismo de Queixas e Sugestões

Quanto ao Mecanismo de Queixas e Sugestões foi apresentada e aprovada uma proposta de funcionamento pelo Daer a qual está sintetizada no subitem 2.3 e detalhada no item 6.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

2.3 Apresentação do Mecanismo de Queixas e Sugestões

O Mecanismo de Queixas e Sugestões foi apresentado às comunidades indígenas de Cacique Doble e de Passo Grande do Rio Forquilha durante as consultas.

O Mecanismo de Queixas e Sugestões é um instrumento de relacionamento direto da comunidade indígena afetada por ações do CREMA Erechim com o DAER e com a empresa executora. Seu objetivo é permitir à comunidade indígena fazer queixas sem constrangimentos, bem como prevenir problemas ou dificuldades que possam ocorrer em trechos que afetam a terra indígena durante a execução das obras de restauração e dos posteriores serviços de manutenção dos contratos CREMA. Também permite ao DAER viabilizar soluções para os problemas ou para as dificuldades apontadas.

Durante as consultas, DAER informou o responsável na Superintendência Regional (SR) pelo contato com a comunidade, Eng. Julio Zanella, e disponibilizou os telefones (54) 3522.1267 - (54) 3522.1270 - (54) 8404.8655 e e-mails julioocz@daer.rs.gov.br e elmo@daer.rs.gov.br para comunicação. Também apresentou a urna de madeira e os formulários para registro de queixas e sugestões, bem como tratou sobre a realização de reuniões comunitárias para acompanhamento de situações-problema, das queixas e sugestões e a proposta de funcionamento do mecanismo de queixas. Por fim, informou a disponibilidade do responsável por parte da empresa PAVIA e o acompanhamento que o DAER e o DECAP/SPGG darão aos relatórios que serão elaborados periodicamente. Em anexo, o documento aprovado pelas duas comunidades.

3. Estrutura de projeto

O projeto está estruturado em três partes:

1. As Consultas Livres, Prévias e Informadas, como o nome indica, são planejadas e comunicadas com antecedência às comunidades e envolvem tanto a participação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas quanto do conjunto da comunidade indígena. Estas consultas devem ocorrer durante a implementação e ao final do CREMA Erechim como mecanismo de avaliação.
2. Serão desenvolvidas em diferentes momentos ações que visam a aumentar a segurança na rodovia, educar para o trânsito e prevenir ou solucionar problemas e dificuldades que possam ocorrer durante as obras. Um Termo de Cooperação com as definições pedagógicas e operacionais, entre todos os órgãos governamentais envolvidos, DAER, DETRAN, SEDUC e SPGG, está sendo elaborado e será



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

apresentado às comunidades em Consulta Livre, Prévia e Informada. O conjunto de ações objetiva proteger e prevenir possíveis riscos para as populações indígenas decorrentes de obras que serão realizadas na ERS-343, colaborar para um uso mais seguro desta rodovia e reconhecer as dimensões da territorialidade indígena e de identidade étnica das populações indígenas por parte do conjunto da sociedade gaúcha. Isso porque dá visibilidade às especificidades étnicas e culturais e às necessidades das populações indígenas relacionadas ao uso da rodovia, e também reconhece e valoriza o território indígena por dentro do qual a rodovia passa.

3. Processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação que assegure uma implementação continuada e efetiva com comprometimento dos órgãos responsáveis e participação das comunidades e do Conselho Estadual dos Povos Indígenas.

4. Plano de ação

4.1 Ações, responsáveis pela execução e pelo financiamento e indicadores de monitoramento do Plano de ação

Ações	Responsável pela execução	Quem financia	Indicador de monitoramento
1. Consultas Livres, Prévias e Informadas	DECAP e DAER	ESTADO	
1.1 Consulta inicial: para ouvir a comunidade sobre as ações propostas e sugestões. Participam Daer, Decap/Seplan, CEPI e empresas.			Duas consultas realizadas
1.2 Consultas anuais: para ouvir sobre andamento das obras e serviços do CREMA e das ações do PPI (2017, 2018 e 2019). Participam Daer, Decap/Seplan, CEPI e empresas.			Três consultas realizadas
1.3 Consulta final: de avaliação. Participam Daer, Decap/Seplan, CEPI e empresas.			Uma consulta realizada



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

2. Ações específicas			
2.1 Sinalização: com base nos relatos e na inspeção conjunta do trecho da rodovia que passa ao lado da Terra Indígena, foram feitas sugestões de alterações no projeto de sinalização a ser executado pela empresa. O DAER fará as alterações técnicas possíveis e reenviará o mesmo à empresa. Esta deve promover a execução do projeto tão logo conclua as obras de restauração.	DAER e empresas	PROREDES BIRD	Alterações sugeridas pela comunidade inseridas nos projetos de sinalização, foram implementadas na rodovia.
2.2 Melhorias rodoviárias: com base nas percepções da comunidade acerca dos riscos no uso da rodovia e na análise técnica, melhorias nas paradas de ônibus e em intersecções nas entradas das TI.			Obras de melhoramento, foram implementadas na rodovia.
2.3 Educação para o trânsito:			
a) Planejamento da capacitação de professores;			Caderno pedagógico elaborado pelo DETRAN e SEDUC, traduzido para Kaingang e Guarani publicado;
b) Capacitação dos professores;	DAER, DETRAN, SEDUC	PROREDES BIRD, SEDUC, DETRAN	15 professores da rede pública estadual capacitados para promover educação para o trânsito;
c) Desenvolvimento de atividades educativas com diversos segmentos das comunidades;			01 relatório por escola das atividades de educação para o trânsito desenvolvidas, a cada ano;
d) Acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades.			20% das pessoas da comunidade (estudantes/crianças, jovens, adultos, idosos) participam de atividades a cada ano;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

2.4 Mecanismo de queixas:	DAER e empresas	ESTADO	
· SR encaminha e orienta sobre uso da uma; realizará três reuniões durante obras de restauração e realizará uma reunião durante os serviços de manutenção, para ouvir a comunidade e recolher os formulários depositados na uma e dar encaminhamentos, se necessário;			Três reuniões realizadas com cada comunidade durante a restauração;
· Empresa executora toma providências se necessário e faz registros no Diário de Obras;			Uma reunião com cada comunidade durante a manutenção;
· SR elabora relatórios (mensais durante restauração e bimensais durante manutenção) e SPE/DAER e DECAP acompanham e tomam providências, se necessário.			Relatórios com providências encaminhados à SPE;
3. Processo de acompanhamento	DECAP e DAER	ESTADO	
3.1 Acompanhamento: execução do mecanismo de queixas; realização de consultas de acompanhamento; reuniões específicas entre Daer, Decap/SPGG e empresas quando necessário; e Missões de acompanhamento com BIRD.			Relatórios de acompanhamento e avaliação de processo elaborados
3.2 Monitoramento: aferição dos indicadores e relatórios elaborados			Relatórios de monitoramento elaborados
3.3 Avaliação: avaliação do processo quando Crema Erechim for concluído			Relatório de avaliação elaborado

4.2 Ações de educação para o trânsito

4.2.1 Capacitação dos professores

Objetivo

Capacitar na área de Educação para o Trânsito os professores da rede pública estadual de ensino que trabalham nas 2 Terras Indígenas contempladas pelo CREMA Erechim, para que os mesmos possam desenvolver projetos com a temática na escola e junto à sua comunidade.

Público-alvo

A previsão de atendimento em 2017 é de todos os 15 professores diretamente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

envolvidos, considerando o conjunto de escolas indígenas das comunidades das Terras Indígenas de Cacique Doble e Passo Grande do Rio Forquilha.

Metodologia

A partir de um curso presencial de dois dias, a ser ministrado na própria Terra Indígena, esses profissionais se organizam localmente para planejar ações por tipo de público, não apenas os estudantes como outros segmentos da comunidade a seu critério, contando com a assessoria da equipe técnica da Escola Pública de Trânsito do DETRAN/RS através da modalidade a distância e tendo acesso ao repositório de conteúdos nessa mesma plataforma de aprendizagem, onde podem aproveitar para elaborar cooperativamente o projeto coletivo.

Findado o prazo de planejamento, o grupo torna a se reunir em um dia de oficina, desta vez na sede em Porto Alegre, para socializá-lo e alinhar as estratégias se necessário. As ações a serem executadas, com culminância na Semana Nacional de Trânsito (18 a 25/09) passam ainda pela apresentação ao CEPI e às comunidades em consulta Livre, Prévia e Informada.

Carga horária

São 40h/a ao total, assim distribuídas:

- Curso presencial – 16 h/a
- Consulta ao repositório de conteúdos e materiais - Plataforma EAD – 4 h/a
- Planejamento em grupos por escola – 12 h/a
- Oficina para apresentação do planejamento – 8 h/a

Os professores participantes receberão certificado pela capacitação.

Cronograma

AÇÃO	DATA	LOCAL	ETAPA	N.º Prof.
Curso Presencial Professores ET	22 e 23/03/17	Cacique Double	Edição 1 (Piloto)	15
Oficina Pedagógica (Retorno planejamento)	09/05/2017	Porto Alegre	Ed. 2 e 3 (subdivididos)	44
Consulta à comunidade	08 e 09/06/17	Cacique Double/Forquilha	Validação projetos	
Ação na comunidade (Semana Nacional do Trânsito)	25 a 29/09/17	Cacique Double/Forquilha	Culminância	
Consulta à comunidade	09 e 10/11/17	Cacique Double/Forquilha	Avaliação	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Estrutura do curso presencial

Apresentação

- Contextualização do Projeto (Obras na rodovia, CREMA, estatísticas locais, inclusão, mecanismo de queixas – audiências, acompanhamento)
- Parcerias
- Público-alvo
- Objetivos do curso

Módulo 1 – Introdução

- A importância do papel do multiplicador
- Rede/corrente de ações com o mesmo propósito
- Diferença entre somar e multiplicar

Módulo 2 – Concepção de trânsito

- Construção histórica
- Pessoas X Máquinas
- Diferentes papéis
- Direitos e deveres
- Diferentes espaços
- Mais que deslocamento (espaço de convivência, de comunicação)
- Fenômeno integrado (interfaces saúde, meio ambiente, educação)
- Lado positivo

Módulo 3 – Segurança no trânsito

- Regras de circulação e conduta (a regra e sua importância, exercício da cidadania, autocuidado)
- Sinalização (vertical e horizontal presente na rodovia)
- Comportamentos de Risco (velocidade, travessia, celular, álcool, drogas, sono/fadiga)
- Condições adversas (clima, dia/noite, veículos, obras e manutenção da rodovia...)
- Fatores de proteção (cinto de segurança, cadeirinhas, capacete)
- Especificidade dos públicos: infantil, jovem, adulto, idoso (Rozestraten, influência do grupo, ritmo mais lento)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Módulo 4 – A educação para o trânsito

- Previsão legal (Educação para o Trânsito como tema integrador)
- Linhas de Educação para o Trânsito
- Princípios da Educação para o Trânsito
- Parâmetros curriculares Nacionais da Educação Básica

Módulo 5 – Como fazer a multiplicação?

- Planejamento – Projeto e Ação pedagógica (prévia, esboço, mapeamento dos públicos)

4.2.2 Caderno Pedagógico

Objetivo

Disponer de um subsídio pedagógico na área de trânsito, destinado aos professores de educação indígena, servindo como referência para sua atuação como multiplicadores. Material bilíngue, escrito nas línguas kaingang e português e guarani e português.

Público-alvo

Cada um dos professores contemplados pela capacitação (102)⁴, 2 volumes para todas as escolas kaingang do Rio Grande do Sul ($\times 125=250$), outras instituições envolvidas e distribuição para outros interessados (148). Uma primeira tiragem de 500 exemplares. A edição em guarani e português terá uma tiragem de 250 exemplares. São sete professores contemplados pela capacitação, 2 volumes para todas as escolas guarani do Rio Grande do Sul ($2 \times 40=80$), além de uma previsão para as instituições envolvidas e distribuição para outros interessados (156). Além da edição em papel, será disponibilizado em meio digital.

⁴ O número de professores envolvidos nas ações de educação para o trânsito totaliza 102 porque considera-se a distribuição para o conjunto dos envolvidos nas Salvaguardas Indígenas no CREMA.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

5. Mecanismo de Queixas e Sugestões

O Mecanismo de Queixas e Sugestões apresentado a seguir é a versão aprovada nas Consultas Livres, Prévias e Informadas ocorridas nas Terras Indígenas, antes descritas.

MECANISMO DE QUEIXAS E SUGESTÕES – CREMA Erechim

Terras Indígenas Cacique Doble e Passo Grande do Rio Forquilha

O que é:

O Mecanismo de Queixas e Sugestões é um instrumento de relacionamento direto das comunidades indígenas afetadas por ações do CREMA Erechim (Programa de Restauração e Manutenção da Malha Rodoviária) com o DAER e com a empresa executora.

Seu objetivo é permitir às comunidades indígenas fazer queixas sem constrangimentos, bem como prevenir problemas ou dificuldades que possam ocorrer em trechos que afetam as terras indígenas durante a execução das obras de restauração e dos posteriores serviços de manutenção dos contratos CREMA. Também permite ao DAER viabilizar soluções para os problemas ou para as dificuldades apontadas.

Este mecanismo de queixas foi aprovado pelas comunidades indígenas nas Consultas Livres, Prévias e Informadas, ocorridas nos dias 7 e 8 de julho de 2016, nas terras indígenas Cacique Doble e Passo Grande do Rio Forquilha, respectivamente, e todos os envolvidos puderam ter conhecimento do mesmo. Deve ser utilizado de forma que as pessoas da comunidade sintam-se confortáveis para contatarem os responsáveis do DAER e da empresa construtora sempre que necessário.

Funcionamento:

Pré-consulta

1. DAER e SPGG orientaram as empresas, executora e supervisora sobre a proposta do mecanismo de queixas. Também informaram sobre características específicas das comunidades indígenas de Cacique Doble e de Passo Grande do Rio Forquilha, de alguma forma afetadas pelas obras e pelos serviços de manutenção do CREMA Erechim, permitindo respeitar e proteger suas populações, evitar e dirimir conflitos e atuar de modo adequado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

2. DAER e SPGG orientaram as empresas, executora e supervisora sobre a realização de Consulta Livre, Prévia e Informada, em 7 e 8 de julho, nas terras indígenas Cacique Doble e Passo Grande do Rio Forquilha, respectivamente. Entre os objetivos da consulta estava aprovar o mecanismo de queixas. As empresas foram convidadas a participar.

Consulta

1. DAER e SPGG apresentaram a proposta de mecanismo de queixas para as comunidades indígenas, esclarecendo seu funcionamento e pedindo sugestões. Durante as consultas, o mecanismo de queixas a ser utilizado no CREMA Erechim foi aprovado.
2. DAER informou às comunidades que o início dos primeiros serviços de roçada está previsto até o final de julho de 2016 e o período de duração é de cerca de 20 dias no trecho limdeiro à terra indígena. Também informou o nome do responsável na 13ª Superintendência Regional (SR) pelo contato com a comunidade, Engº Julio Zanella, e colocou os números de telefone (54) 3522.1267 - (54) 3522.1270 - (54) 98404.8655 e e-mail juliocz@daer.rs.gov.br e elmo@daer.rs.gov.br à disposição das pessoas da comunidade.
3. DAER disponibilizou uma urna de madeira junto com formulários para que qualquer integrante da comunidade indígena possa inserir sua queixa ou manifestação relacionada às obras e aos serviços de manutenção. Definiram-se os responsáveis nas comunidades por sua conservação, que são o Cacique Valdir Matos para Cacique Doble e o Cacique Leonir Franco para Passo Grande do Rio Forquilha, e informou-se que o representante do DAER, Engº Julio Zanella, irá periodicamente buscar estes formulários (queixas) e dar encaminhamentos.
4. DAER e comunidades definiram que as pessoas de contato para organizar reunião entre DAER e comunidade durante a execução das obras e, posteriormente, durante as ações de manutenção da rodovia, são o Engº Julio Zanella e os Caciques Valdir Matos e Leonir Franco. O Superintendente da 13ª SR, Engº Elmo Bortolotto Junior, também estará à disposição.

Pós-consulta

1. Depois de o mecanismo de queixas ter sido aprovado pelas comunidades, DAER e empresas construtora e supervisora serão novamente orientados sobre seu funcionamento e receberão maior detalhamento sobre características das comunidades.
2. A empresa executora preparará seus técnicos e trabalhadores e a empresa supervisora apoiará esta orientação e acompanhará a implementação do mecanismo de queixas, reportando-se à Superintendência de Programas Especiais (SPE), se necessário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

3. A empresa executora indicou um técnico responsável com habilidades para identificar e lidar com situações-problema e com as possíveis queixas durante a realização das obras de restauração e, depois, nas ações de manutenção. Este técnico responsável é o Eng^o Murilo Ramos, (54) 99116.0719, que deverá comunicar a 13^a SR prontamente quando houver algum evento ou queixa envolvendo as comunidades indígenas e buscar soluções conjuntas.
4. O representante do DAER irá, no início das obras, colocar a urna em local combinado durante a consulta e conversar com o Cacique, definido como responsável pela conservação da urna, para orientar sobre seu uso.
5. O representante do DAER informará as comunidades indígenas sempre que houver previsão de restauração ou serviço de manutenção a ser realizado no trecho da rodovia lindeiro às terras indígenas.
6. O representante do DAER irá, no período de duração das obras de restauração no trecho referido, pelo menos uma vez por mês na comunidade, em data, horário e local previamente comunicados, para ouvir a comunidade sobre o andamento das obras e possíveis queixas, ler os formulários inseridos na urna e propor encaminhamentos.
7. O representante do DAER irá, no período de manutenção no trecho referido, pelo menos uma vez por mês na comunidade, em data, horário e local previamente comunicados, para ouvir a comunidade sobre o andamento dos serviços de manutenção e possíveis queixas, ler os formulários inseridos na urna e propor encaminhamentos.
8. Todas as queixas recebidas via urna ou em contato com o DAER ou a empresa executora, bem como os encaminhamentos dados, deverão ser registrados em relatório específico pela SR e enviados à coordenação do CREMA na SPE. Neste relatório deverão constar: nome da pessoa que fez a queixa, caso queira se identificar; a descrição da queixa e data de ocorrência; o encaminhamento dado, a data do encaminhamento e o responsável. Este relatório terá periodicidade mensal durante as obras de restauração e bimensal sempre que houver serviços de manutenção. Os encaminhamentos serão acompanhados pelos responsáveis na SPE e na SPGG, os quais, se necessário, tomarão medidas complementares.
9. A empresa deverá registrar no Diário de Obra toda e qualquer queixa ou situação-problema que envolva pessoas da comunidade indígena afetada. A SR incluirá informações deste Diário de Obra no relatório periódico e, na hipótese de eventos não terem sido registrados, solicitará complementação do Diário por parte da empresa. O DAER deverá analisar e tomar providências, se necessário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Mecanismo de Queixas e Sugestões – Crema Erechim – ERS-343	
DAER - 13ª Superintendência Regional	
Responsável:	Eng.º Julio Zanella e Superintendente Elmo Bortolotto Junior
Fones de contato:	(54) 3522.1267 - (54) 3522.1270 - (54) 98404.8655
Endereço:	Av. Sete de Setembro, 1107 – Erechim – RS
E-mail:	julioocz@daer.rs.gov.br ou elmo@daer.rs.gov.br
Empresa PAVIA Brasil	
Responsável:	Eng.º Murilo Simon Ramos
Fones de contato:	(54) 99116.0719
Endereço:	Rua Tiradentes, nº 75 – Sananduva - RS (ao lado da revenda de automóveis Rota 126)
E-mail:	murilo.ramos@pavia.com.br
Terra Indígena Cacique Doble	
Cacique:	Valdir Matos
Fone de contato:	(54) 999445762
E-mail:	
Local da urna:	Posto de Saúde
Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha	
Cacique:	Leonir Franco
Fone de contato:	(54) 99946.9014
E-mail:	
Local da urna:	Posto de Saúde

6. Mecanismos para o acompanhamento, monitoramento e à avaliação da implementação do PPI

6.1 Ações de acompanhamento da implementação do PPI

1. Das Consultas:

O DECAP e o DAER são responsáveis por organizar e coordenar as consultas, bem como informar em seus relatórios de acompanhamento o andamento das mesmas e seus resultados parciais e finais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

2. Das ações específicas:

Sinalização e melhorias rodoviárias

A SEP/DAER envia projeto de sinalização alterado à empresa, verifica a execução do projeto e se posiciona quanto à adequação em relação ao projetado e contratado. Da mesma forma a DIR/DAER tratam das melhorias rodoviárias como interseções e bainhas de ônibus com a empresa construtora e faz a fiscalização da execução. O tema deve ser tratado com a comunidade em Consultas periódicas relacionadas à implementação geral do PPI.

Ações educativas

O acompanhamento das ações educativas também tem um objetivo pedagógico. Os professores devem acompanhar as ações visando ajustá-las ou adequá-las de modo oportuno para atender os objetivos. Deve ser uma diretriz para a ação dos professores. Todavia é importante registrar de modo sintético esses processos de aprendizagem.

De modo a registrar o desenvolvimento das ações educativas, serão elaborados relatórios. O primeiro deles trata da capacitação dos professores. O DETRAN/RS elabora relatório sob o ponto de vista institucional, incluindo a avaliação dos alunos (professores), de acordo com o cronograma estabelecido para execução das ações, e o envia à SEDUC, ao DAER/RS e à SPGG.

Numa segunda etapa, após a realização das ações educativas nas comunidades, cada escola elabora um relatório contendo a avaliação realizada pelos alunos, por outros integrantes da comunidade que participaram das ações educativas e pelos professores. Este relatório deve ser apresentado à direção da escola e ao conjunto de professores, devendo ser posteriormente enviado à SEDUC.

A SEDUC, por sua vez, elabora um relatório consolidado, por Terra Indígena, das ações de educação para o trânsito desenvolvidas e o envia ao DETRAN/RS, ao DAER/RS e à SPGG.

O acompanhamento das ações educativas deve ser tratado com a comunidade em Consultas periódicas relacionadas à implementação geral do PPI. Nestas Consultas, os relatórios de acompanhamento da implementação das ações educativas devem ser apresentados para a comunidade em geral.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Os relatórios devem destacar as atividades desenvolvidas e características do público beneficiário durante a execução, e as percepções dos beneficiários. Devem indicar eventuais problemas ou dificuldades da execução e interações e intercorrências com a comunidade, encaminhamentos ou providências tomadas, com vistas a melhorias futuras.

O acompanhamento deve envolver todos os atores governamentais (DAER, DETRAN, SEDUC, SPGG) e a comunidade beneficiária conforme for definido no planejamento que os professores farão. Deve envolver estudantes, e ser apresentado à direção da escola, aos professores e à SEDUC. O tema deve ser tratado com a comunidade em Consultas periódicas relacionadas à implementação geral do PPI. Nestas Consultas, os relatórios de acompanhamento da implementação das ações educativas devem ser apresentados para a comunidade em geral.

Mecanismo de Queixas e Sugestões

A 13ª Superintendência Regional do DAER deve elaborar relatório mensal sobre a implementação do Mecanismo de Queixas e Sugestões, após o início das obras de restauração no trecho que envolve a Terra Indígena e enviar este relatório à Superintendência de Programas Especiais (SPE) que toma providências se necessário. Antes disso, conforme a situação que tenha se apresentado, o Superintendente deve tomar providências.

Durante as ações de manutenção, nos anos seguintes, os relatórios terão periodicidade bimensal conforme durar a execução dos serviços. DAER elabora relatório de monitoramento semestral à SPGG, que elabora relatório ao BIRD. Caso haja intercorrências que afetem as Salvaguardas, o DAER deve relatar tempestivamente.

6.2 Monitoramento

O monitoramento envolve o acompanhamento dos indicadores. O DAER vai inserir o status de cada indicador nos Relatórios de Monitoramento semestrais que envia ao DECAP/SPGG, e o DECAP, por sua vez, insere essas informações no Relatório de Monitoramento que envia ao Banco a cada semestre.

Indicadores relacionados ao Plano:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Consultas Livres, Prévias e Informadas

- Indicadores: nº de consultas realizadas.
- Responsável pela aferição: DAER.
- Meio de aferição: Atas das consultas registradas em Relatório de monitoramento.

Sinalização da rodovia

- Indicador: Alterações sugeridas pela comunidade e inseridas nos projetos de sinalização foram implementadas na rodovia.
- Responsável pela aferição: DAER.
- Meio de aferição: Relatório de execução das ações.

Melhorias rodoviárias

- Indicador: Obras de melhoramento foram implementadas na rodovia.
- Responsável pela aferição: DAER.
- Meio de aferição: Relatório de execução das ações.

Ações educativas

- Indicadores: Caderno pedagógico elaborado pelo DETRAN e SEDUC; 15 professores da rede pública estadual capacitados para promover educação para o trânsito; 1 relatório por escola das atividades de educação para o trânsito desenvolvidas, a cada ano; 20% das pessoas da comunidade (estudantes/crianças, jovens, adultos, idosos) participaram de atividades a cada ano.
- Responsável pela aferição: DETRAN e SEDUC
- Meio de aferição: Registro das ações executadas por escola nos Relatórios de Monitoramento do DETRAN e da SEDUC

Mecanismo de Queixas e Sugestões

- Indicadores: Relatórios de monitoramento elaborados pela 13ª SR
- Responsável pela aferição: DAER
- Meio de aferição: Relatórios da SR registrados nos Relatórios de Monitoramento elaborados semestralmente pelo DAER



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

6.3 Avaliação

A avaliação do PPI deve constituir-se de uma análise das ações específicas implementadas no âmbito do PPI, do desenvolvimento das ações de modo geral, dos processos e de seus resultados, tanto pedagógicos, quanto relacionados à segurança no trânsito. Pode considerar o significado da experiência com as Salvaguardas Indígenas para os órgãos e empresas envolvidas, as dificuldades e formas de superação, bem como recomendações. Deve ter uma periodicidade anual e ao final da execução do CREMA Erechim. Deve incluir uma avaliação pelos executores das ações educativas, pelos responsáveis por seu acompanhamento técnico, assim como pelos responsáveis pela implementação da sinalização e pelo Mecanismo de Queixas e Sugestões. DAER e SPGG devem fazer um relatório de sistematização das avaliações e sua própria avaliação final que será encaminhada ao BIRD.

Este PPI foi aprovado pelo DAER, pela SPGG, pelo CEPI e pelo Banco. Também foi publicado nas páginas web das instituições no RS e na Infoshop do Banco.

Referências

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto CREMA Erechim. Porto Alegre, 2013.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO RIO GRANDE DO SUL. Dados de acidentalidade fornecidos pelo Comando Rodoviário da Brigada Militar em períodos e rodovias selecionados. Porto Alegre, 2016.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Índios no Brasil. Terras Indígenas <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> Acesso em 04 de agosto de 2016.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO DO RIO GRANDE DO SUL. Dados preliminares de levantamento do Plano Brasil Sem Miséria elaborado pela Emater. Porto Alegre, 2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Dados da matrícula inicial por etapas de ensino e localidade em escolas com educação indígena em 2015. Porto Alegre, 2016.

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA. Relatório da população indígena no 1º semestre de 2016 no Rio Grande do Sul. Passo Fundo, 2016.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretaria dos Transportes
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Memória da Consulta Livre, Prévia e Informada na Terra indígena Cacique Doble. Porto Alegre, 2016^a.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Memória da Consulta Livre, Prévia e Informada na Terra indígena Passo Grande do Rio Forquilha. Porto Alegre, 2016^b.

PEREIRA, Walmir. Entrevista por e-mail com antropólogo e assessor técnico do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul em 27 de julho de 2016.

VENZON, Rodrigo. Informações do antropólogo e coordenador governamental do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul em 7 de julho de 2016.